



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 118/2022

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022.

#### PARECER ÚNICO

##### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Jaime Sebastião Battaglini Eireli	CPF/CNPJ: 19.431.313/0001-22
Endereço: Rodovia LMG 748	Bairro: Zona Rural
Município: Araguari	UF: MG
Telefone: (34) 99859-0003	CEP: 38449-899
E-mail: wmmeioambiente@yahoo.com.br	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( ) Sim, ir para o item 3 (X) Não, ir para o item 2

##### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Jaime Sebastião Battaglini	CPF/CNPJ: 390.394.209-04
Endereço: Rua Caluta Santos, nº 106	Bairro: Centro
Município: Araguari	UF: MG
Telefone: (34) 99859-0003	CEP: 38440-061
E-mail: wmmeioambiente@yahoo.com.br	

##### 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Quilombo	Área Total (ha): 188,4497
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): MATRÍCULA 38.593	Município/UF: Araguari /MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3103504-96D7F1F0B6E74C4394E20DB5JF303CF8	

##### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	1,19	hectares

##### 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	1,19	hectares	22k	801.994	7.927.266

##### 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
EXTRAÇÃO DE AREIA E CASCALHO PARA UTILIZAÇÃO IMEDIATA NA CONSTRUÇÃO CIVIL	Produção Bruta/hectares	1,19 ha

##### 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	Cerradão	Estágio inicial de regeneração	1,19

##### 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha Nativa	lenha	9,1487	m³
			m³

##### 1. Histórico

Data de formalização/aceite do processo: 01/06/2022

Data da vistoria: 03/08/2022

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

## 2. Objetivo

O empreendedor solicita supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo em uma área de 1,19 ha com a finalidade de extração de cascalho, de acordo com a atividade DN217/2017 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.

## 3. Caracterização do imóvel/empreendimento

### 3.1 Imóvel rural:

O proprietário Sr. Jaime Sebastião Battaglini é proprietário da Fazenda Quilombo - matrícula nº 38.593, com área total de 188,4497 ha, localizada na zona rural do município de Araguari - MG que possui cobertura vegetal nativa de 22,79%. Tendo como atividade a Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, segundo a DN 217/2017 e como explorador a empresa Jaime Sebastião Battaglini Eireli. A propriedade está inserida no Bioma Mata Atlântica, com tipologia vegetação secundária de Cerradão em estágio inicial de regeneração. Coordenadas geográficas UTM 22K 801.994 e 7.927.266.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3103504-96D7F1F0B6E74C4394E20DB5JF303CF8

- Área total: 188,0957 ha

- Área de reserva legal: 37,6196 ha

- Área de preservação permanente: 1,4601ha

- Área de uso antrópico consolidado: ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada: 37,6196 ha

( ) A área está em recuperação: ha

( ) A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

( X ) Proposta no CAR ( X ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Cartório de Registro de imóveis de Araguari - MG matrícula nº 38.593.

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 04 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

## 4. Intervenção ambiental requerida

A intervenção requerida é uma supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo em uma área de 1,19 ha com a finalidade de extração de cascalho, de acordo com a DN217/2017 se enquadra nos moldes da atividade - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.

Taxa de Expediente: 601,06- 17/03/2022

Taxa Florestal: 61,10 - 17/03/2022

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23120542

### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Alta

- Prioridade para conservação da flora: Média

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Dentro de área prioritária

- Unidade de conservação: não

- Áreas indígenas ou quilombolas: não

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

-Atividades desenvolvidas: Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.

- Atividades licenciadas: Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.

- Classe do empreendimento: 2

- Critério locacional: 1

- Modalidade de licenciamento: LAS/RAS

- Número do documento: Ainda não possui a licença

#### **4.3 Vistoria realizada:**

A vistoria foi realizada no dia 03/08/2022, fui acompanhado pela consultoria e pelo empreendedor. O imóvel quer desenvolver a atividade de extração de cascalho, que se enquadra nos moldes da DN COPAM 217/17 como passível de licenciamento ambiental simplificado na modalidade LAS RAS - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, e conforme informado no requerimento pleiteia a licença ambiental. A área de reserva legal da propriedade está preservada. O empreendedor solicita uma supressão de vegetação de 1,19 ha para extração de cascalho. Conforme verificado em vistoria não existe alternativa técnica locacional para o referido requerimento, uma vez que há a existência de cascalho no local requerido e o proprietário possui autorização da ANM, entendendo-se assim como de utilidade pública e interesse social. A propriedade está inserida no Bioma Mata Atlântica com tipologia de vegetação secundária de Cerradão em estágio inicial de regeneração. Na lista de espécies apresentada e vistoria foram encontradas três espécies protegidas por Lei, sendo um Pequi e dois Ipês Amarelo, essas espécies não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. Coordenadas geográficas UTM 22K 801.994 e 7.927.266.

##### **4.3.1 Características físicas:**

- Topografia: relevo ondulado a suave ondulado.

- Solo: Solo Latossolo Vermelho-Escuro distrófico com texturas bastante argilosa.

- Hidrografia: A drenagem principal da área de influência do empreendimento é o Rio Araguari, possui também um pequeno Córrego denominado Quilombo que por sua vez deságua no Rio Araguari.

##### **4.3.2 Características biológicas:**

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma Mata Atlântica com fitofisionomia de Cerradão em estágio inicial de regeneração.

- Fauna: a biodiversidade de fauna inserida na área de estudo apresenta boa diversidade ecológica, sendo observados principalmente animais de pequeno e médio porte, aves e répteis.

#### **4.4 Alternativa técnica e locacional:**

Conforme descrito nos estudos apresentados e vistoria in loco, não há alternativa técnica locacional, devido a presença de cascalho na referida área, e o empreendedor possuir autorização junto a ANM.

#### **5. Análise técnica**

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria realizada no local e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SISEMA não há restrições para a supressão requerida, haja visto não existir alternativa técnica locacional e a intervenção ser considerada de utilidade pública e de interesse social, uma vez que para a extração de cascalho haverá a necessidade da supressão requerida. Fica condicionada a apresentação, por parte do empreendedor, da **medida compensatória mineraria** de no mínimo o dobro da área de vegetação suprimida, ou seja, área de 2,38 ha, conforme previsto no decreto 47.749/19, artigo 64. Vale ressaltar que as espécies protegidas por Lei encontradas no levantamento não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. Em que pese o Bioma estar definido com Mata Atlântica, a supressão só será possível por se tratar de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, conforme previsto na Lei 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

#### **5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:**

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da supressão de vegetação nativa são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente não fazer o uso de fogo; preservar as áreas remanescentes; e adotar técnicas e medidas de proteção do solo. Além de controle de drenagem para evitar possível carreamento de sólidos e a facilitação de processos erosivos. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

##### **Exemplo de medidas mitigadoras:**

- Implantar curvas de nível e controle de processos erosivos
- Manter proteção das áreas de preservação (APP e Reserva Legal) existentes na propriedade.
- Executar medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.
- Demarcar áreas de RL e APP para evitar intervenção em área não autorizada.
- Manter e preservar as espécies protegidas por Lei na área requerida.

## 6. Controle processual

### I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor Jaime Sebastião Battaglini Eirelli conforme consta nos autos, para a supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 1,19ha, na Fazenda Quilombo localizada no município de Araguari/MG, conforme matrícula nº. 38593 do CRI da Comarca de Araguari/MG.

2 – A propriedade possui área total matriculada de 188,4497ha e área de reserva legal averbada, preservada, dentro do imóvel e informada no CAR. Foi informado o protocolo do projeto do sinaflor.

3 – A intervenção requerida tem por finalidade o desenvolvimento da atividade de extração de areia e cascalho.

4 – A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como passível de licenciamento ambiental na modalidade LAS RAS, para a atividade (extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil), conforme declaração inserida nos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrícula do imóvel, PIA, mapas, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento e demais documentos pertinentes, anexados aos autos do processo administrativo.

### II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento é passível de autorização nos seguintes moldes: supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 1,19ha, uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma mata atlântica com fitofisionomia de cerradão, em estágio inicial de regeneração, em área prioritária para conservação da Biodiversidade e muito alta vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

7 – Com fulcro na Lei Federal 11.428/2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, encontra-se respaldado este parecer jurídico, pois a área a ser intervinda trata-se de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração. Vejamos:

*Art. 25. O corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica serão autorizados pelo órgão estadual competente.*

*Parágrafo único. O corte, a supressão e a exploração de que trata este artigo, nos Estados em que a vegetação primária e secundária remanescente do Bioma Mata Atlântica for inferior a 5% (cinco por cento) da área original, submeter-se-ão ao regime jurídico aplicável à vegetação secundária em estágio médio de regeneração, ressalvadas as áreas urbanas e regiões metropolitanas.*

*Art. 26. Será admitida a prática agrícola do pousio nos Estados da Federação onde tal procedimento é utilizado tradicionalmente.*

(...)

8 – Nesse sentido, com fulcro no Decreto Estadual nº. 47.749/2019 em seu art. 46 preceitua que:

*Art. 46 – Independem do cumprimento da compensação prevista nesta seção os casos de corte ou supressão de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração e, no estágio médio de regeneração, o pequeno produtor rural e populações tradicionais, além das demais atividades dispensadas de autorização para intervenção ambiental previstas na Lei Federal nº 11.428, de 2006.*

(...)

9 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

10 – Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

### III) Conclusão:

11 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização para intervenção ambiental nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em 1,19ha**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

**Sugere-se o prazo de validade do DAIA deverá coincidir com a validade da licença ambiental, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 8º.**

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

## **7. CONCLUSÃO**

Após análise técnica das informações apresentadas, e considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de supressão de vegetação nativa em uma área de 1,19 ha para extração de cascalho, conforma atividade listada na DN217/2017 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, na propriedade Fazenda Quilombo, matrícula nº 38.593 no município de Araguari-MG. Vale ressaltar que fica condicionada a apresentação, por parte do empreendedor, da **medida compensatória mineraria** de no mínimo o dobro da área de vegetação suprimida, ou seja, área de 2,38 ha, conforme previsto no decreto 47.749/19, artigo 64. Essa compensação Minerária será condicionada nesta licença.

## **8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS**

Fica condicionada a apresentação, por parte do empreendedor, da **medida compensatória mineraria** de no mínimo o dobro da área de vegetação suprimida, ou seja, área de 2,38 ha, conforme previsto no decreto 47.749/19, artigo 64. Essa compensação Minerária será condicionada nesta licença.

**8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:** Não se aplica

## **9. REPOSIÇÃO FLORESTAL**

*Taxa de Reposição Florestal - R\$ 261,85 - 26/08/2022*

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

( X ) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## **10. CONDICIONANTES**

Fica condicionada a apresentação, por parte do empreendedor, da **medida compensatória mineraria** de no mínimo o dobro da área de vegetação suprimida, ou seja, área de 2,38 ha, conforme previsto no decreto 47.749/19, artigo 64.

No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: **esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.**

No SINAFLO, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo "Medidas Compensatórias" a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.

#### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar compensação minerário, conforme previsto no Decreto 47.749/19, artigo 64.	1 ano
2		
3		
4		
...		

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

#### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

#### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Ignácio Jorge Nasser  
MASP: 1.198.192-5

#### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Dayane Aparecida Pereira de Paula  
MASP: 1.217.642-6



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Aparecida Pereira Paula, Servidor (a) Público (a)**, em 29/08/2022, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ignácio Jorge Nasser, Servidor**, em 29/08/2022, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51358778** e o código CRC **28309B45**.